

Jornal vira palanque

CPI - *documentos*
EDGAR LISBOA

O jornalista, diariamente, é massacrado por dúvidas. Toda vez que senta frente a um terminal de vídeo ou a uma máquina de escrever, prepara-se também para uma reflexão sobre ética. Como o jornalismo atual trabalha muito com a denúncia, o repórter sempre questiona até que ponto os dados que lança no papel são importantes para o leitor e para o País ou se podem, apenas, estar atingindo duramente uma reputação, seja pessoal ou empresarial. A verdade é que em determinados casos — como a CPI do Orçamento, por exemplo — fica difícil, para os repórteres, o estabelecimento da linha que separa o público do privado. Como saber se informações sobre a vida privada de um determinado envolvido no escândalo contribuem para as investigações ou se apenas representam invasão de privacidade?

Agora, uma outra preocupação passa a atingir os que acompanham a CPI. Trata-se do comportamento, exibicionista e interesseiro, de determinados parlamentares que vêm usando o plenário da Comissão para projeção pessoal ou que vêm fornecendo aos jornalistas informações nas quais têm interesse pessoal ou partidário. Nos primeiros dias da CPI, o festival de cabotinismo explícito foi mais intenso. Inúmeros parlamentares usavam do seu direito de fazer perguntas nas audiências apenas para terem sua imagem veiculada pelas emissoras de televisão. Outros surgiam, em meio aos depoimentos, com informações bombásticas — que, em geral, não eram nada bombásticas — apenas para conseguirem inserção nos noticiários.

À medida em que avançam os trabalhos da CPI, cai a audiência televisiva. A luta transfere-se para os jornais. Os parlamentares que praticam a chamada Lei de Gerson, que gostam de tirar vantagem em tudo, começam a vaziar informações de seu exclusivo interesse. O senador Jarbas Passarinho, que vem conduzindo a CPI de modo exemplar, fez um duro desabafo esta semana contra os vazadores contumazes.

Assim, além das indagações éticas, o jornalista precisa descobrir até que ponto pode estar sendo usado por uma fonte. Como saber se o fato que é levado a divulgar tem interesse para o conjunto da sociedade ou se traz benefícios apenas ao seu informante?

É importante ter isto em mente porque, ao longo da CPI, tivemos o vazamento de várias listas e supostos envolvidos. Averiguações posteriores mostraram que talvez a maioria dos indigitados nada tinha a ver com corrupção. Pode-se, então, dizer que houve má intenção de alguns informantes, mas existiu, em contrapartida, uma certa leviandade por parte de quem divulgou estas informações. Na publicação apressada de alguns documentos, certamente pesou o fato de que os jornalistas vivem sob a "síndrome do furo". A verdade — raramente confessada pelos profissionais, sejam editores ou repórteres — é que, mais do que tudo, temem levar um furo dos concorrentes imediatos. Isso pode ter forçado alguns a publicar documentos, cuja veracidade não foi verificada, apenas por presumir que seu concorrente iria fazê-lo no dia seguinte.

A verdade é que a imprensa brasileira vem trabalhando muito bem na cobertura da CPI do Orçamento, embora em certos momentos seja visivelmente usada por parlamentares cujos interesses maiores são partidários e não nacionais. É preciso deixar bem claro aos leitores que há vários graus de envolvimento. Alguns, comprovadamente, cometeram irregularidades. Outros foram omissos ou beneficiaram apeniguados políticos. Alguns outros parlamentares foram tão somente arrastados pelo denunciamento fácil. O cuidado dos jornalistas, portanto, deve ser imenso, porque, como se sabe, é infinitamente mais fácil destruir uma reputação do que restabelecê-la.

■ *Edgar Lisboa* é jornalista e diretor executivo da Associação Nacional de Jornais-ANJ

JORNAL DE BRASILEIA
7661
AV. 1711
C. D.